



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA



MATHEUS REIS AIRES

**ALINHAMENTO ESTRATÉGICO NA SEGURANÇA PÚBLICA DE
GOIÁS: Uma Análise Teórico-Crítica das Práticas da Polícia Militar**

GOIÂNIA-GO

2024

MATHEUS REIS AIRES

**ALINHAMENTO ESTRATÉGICO NA SEGURANÇA PÚBLICA DE
GOIÁS: Uma Análise Teórico-Crítica das Práticas da Polícia Militar**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação da 2º TEN PM Christianne Ferreira Miranda Amorim.

GOIÂNIA-GO

2024

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO NA SEGURANÇA PÚBLICA DE GOIÁS: Uma Análise Teórico-Crítica das Práticas da Polícia Militar

"STRATEGIC ALIGNMENT IN PUBLIC SECURITY IN GOIÁS: A Theoretical-Critical Analysis of the Practices of the Military Police"

Matheus Reis Aires¹

Christianne Ferreira Miranda Amorim²

Resumo

Este estudo investiga as estratégias de prevenção e repressão à criminalidade aplicadas pelas Unidades Policiais Militares em Goiás, com ênfase na eficácia dessas abordagens. O trabalho destaca ainda a importância das Operações de Inteligência em Segurança Pública, especialmente as de natureza exploratória e sistemática, assim como o papel fundamental do policiamento velado, respaldado por técnicas operacionais de inteligência, na identificação e neutralização imediata de ameaças criminais. Além disso, o estudo considera os fatores contextuais, como características demográficas e socioeconômicas, que influenciam a percepção de eficácia dessas estratégias. Ressalta-se a necessidade de compreender as particularidades locais e adaptar as abordagens conforme a realidade de cada comunidade, visando maximizar os resultados. A análise baseia-se em teorias criminológicas contemporâneas, legislação específica e diretrizes governamentais, proporcionando uma visão abrangente do panorama da segurança pública em Goiás. Os resultados indicam que uma abordagem integrada, incluindo inteligência policial, policiamento comunitário e investimento em capacitação e tecnologia, reflete o compromisso do estado em enfrentar a complexidade da criminalidade. As conclusões derivadas deste estudo oferecem percepções valiosas para o desenvolvimento contínuo de estratégias eficazes e contextualmente relevantes no campo da segurança pública.

Palavras-chave: Inteligência em Segurança Pública; Policiamento Velado; Estratégias de Prevenção Criminal; Estratégias de Repressão; Contexto Socioeconômico.

Abstract

This study investigates the crime prevention and repression strategies implemented by the Military Police Units in Goiás, with an emphasis on the effectiveness of these approaches. The paper highlights the importance of Public Security Intelligence Operations, especially those of an exploratory and systematic nature, as well as the crucial role of covert policing, supported by operational intelligence techniques, in the immediate identification and neutralization of criminal threats. Additionally, the study considers contextual factors, such as demographic and socioeconomic characteristics, that influence the perceived effectiveness of these strategies. It emphasizes the need to understand local peculiarities and adapt approaches according to the reality of each community, aiming to maximize results. The analysis is based on contemporary

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás. Email: reism9330@gmail.com. Telefone: (62) 98232-4614.

² Orientadora. 2º Tenente PM Christianne. Bacharel em Direito e Especialista em Docência Superior. Email: christianne2012@gmail.com Telefone: (62)99149-9747

criminological theories, specific legislation, and governmental guidelines, providing a comprehensive overview of the public security landscape in Goiás. The results indicate that an integrated approach, including police intelligence, community policing, and investment in training and technology, reflects the state's commitment to tackling the complexity of crime. The conclusions derived from this study offer valuable insights for the continuous development of effective and contextually relevant strategies in the field of public security.

Keywords or Palabras clave: Intelligence in Public Security; Covert Policing; Criminal Prevention Strategies; Suppression Strategies; Socioeconomic Context.

1. INTRODUÇÃO

A segurança pública é uma preocupação constante nas sociedades contemporâneas, sendo essencial para a construção de comunidades mais seguras e justas. No contexto das Unidades Policiais Militares em Goiás, essa preocupação se torna ainda mais relevante, dada a importância dessas instituições na manutenção da ordem e na proteção da comunidade. No entanto, a abordagem à segurança pública vai além do policiamento, sendo uma expressão intrínseca das relações sociais e econômicas que permeiam a sociedade (Wacquant, 2006).

Diante desse cenário, surge a necessidade de compreender a eficácia das estratégias de prevenção e repressão à criminalidade implementadas pelas Unidades Policiais Militares em Goiás. Esta pesquisa visa preencher uma lacuna persistente no conhecimento, realizando uma análise abrangente e específica dessas estratégias, suas limitações e a eficácia percebida pelos profissionais de segurança e pela comunidade local. O cerne do problema de pesquisa reside na falta de uma compreensão aprofundada das práticas adotadas pelas Unidades Policiais Militares em Goiás, o que impede não apenas a otimização das estratégias existentes, mas também a formulação de abordagens mais embasadas e eficazes para a promoção da segurança pública no estado.

Nesse sentido, a relevância deste estudo é evidenciada não apenas pela importância intrínseca da segurança pública, mas também pela necessidade de alinhar as práticas de segurança com as teorias criminológicas contemporâneas, otimizando assim a eficácia das Unidades Policiais Militares no estado. Ao identificar desafios, pontos de melhoria e fatores contextuais que influenciam a eficácia das estratégias, este estudo

proporcionará insights valiosos para a Polícia Militar de Goiás, orientando a tomada de decisões informadas e a implementação de práticas mais eficientes.

O objetivo geral deste estudo é realizar uma revisão de literatura abrangente sobre as principais estratégias de prevenção e repressão à criminalidade implementadas pelas Unidades Policiais Militares em Goiás. Além disso, serão analisadas as principais estratégias de prevenção à criminalidade adotadas pelas Unidades Policiais Militares em Goiás, destacando suas características e aplicabilidades no contexto local. Também se buscará investigar as estratégias de repressão criminal implementadas pelas Unidades Policiais Militares em Goiás, avaliando sua efetividade e impacto na redução da criminalidade, considerando as especificidades dos objetivos.

Esta pesquisa, ao abordar a pergunta central sobre as estratégias de prevenção e repressão à criminalidade em Goiás, não apenas contribuirá para o avanço acadêmico, mas principalmente para a segurança e bem-estar da comunidade, alinhando-se aos objetivos fundamentais das Unidades Policiais Militares no estado. Para alcançar esses objetivos, serão empregados procedimentos metodológicos que incluem revisão bibliográfica, análise de dados primários por meio de entrevistas e questionários, visando fornecer uma análise aprofundada e abrangente das estratégias de segurança pública em Goiás.

2. REVISÃO TEÓRICA

A segurança pública, enquanto pauta perene, requer constantes reflexões e análises críticas, principalmente quando se trata das Unidades Policiais Militares em estados como Goiás. A abordagem integrada na segurança pública emerge como um paradigma que busca transcender as limitações tradicionais, propondo estratégias holísticas que envolvem tanto a prevenção quanto a repressão à criminalidade. Ademais, a segurança pública é um tema central para o bem-estar da sociedade, demandando estratégias eficazes para lidar com desafios criminais específicos. No contexto do Estado de Goiás, a revisão teórica busca analisar as peculiaridades e abordagens fundamentais relacionadas à segurança pública, considerando tanto aspectos históricos quanto a evolução recente das estratégias adotadas.

A história da Polícia Militar no Brasil remonta ao século XIX, com diferentes designações ao longo do tempo, como Guarda Real de Polícia, Força Policial, Corpo de Polícia, Batalhão de Polícia, Força Militar e, finalmente, Polícia Militar em 1949. Em

Goiás, sua trajetória teve início em 1858, quando a Força Policial foi criada, e posteriormente, em 1949, recebeu a denominação "Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO)". A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 144, § 5, confere às Polícias Militares do Brasil as missões de polícia ostensiva e a preservação da ordem pública. O termo "polícia ostensiva" inclui não apenas o policiamento ostensivo, mas abrange todo o ciclo da polícia administrativa, envolvendo ordem, consentimento, fiscalização e sanção.

No contexto da ordem pública, a atuação da Polícia Militar em Goiás vai além do policiamento ostensivo, conforme a amplitude do conceito. A expressão "polícia ostensiva" engloba a integralidade das fases do exercício do poder de polícia, atuando como força de dissuasão para ações preventivas e repressivas imediatas diante de violações da ordem pública. O poder de polícia, conforme o Código Tributário Nacional³, é a atividade da Administração Pública que limita ou disciplina direitos, interesses ou liberdades em razão do interesse público. Esse poder se manifesta em quatro fases: ordem de polícia, consentimento de polícia, fiscalização de polícia e sanção de polícia. As Polícias Militares exercem esse poder visando à preservação da ordem pública.

O ciclo de polícia, dentro do contexto de poder de polícia, passa por fases como a ordem de polícia, que estabelece limitações preventivas; o consentimento de polícia, que autoriza o uso da propriedade privada; a fiscalização de polícia, que verifica o cumprimento das ordens e evita abusos; e a sanção de polícia, que intervém diretamente para restaurar o interesse público. Portanto, a missão da Polícia Militar não se limita apenas ao policiamento ostensivo, sendo uma instituição fundamental para a preservação da ordem pública e o exercício do poder de polícia em diversas frentes, contribuindo para o bem coletivo e individual.

2.1. SEGURANÇA PÚBLICA EM GOIÁS

O percurso histórico das instituições policiais em Goiás revela uma série de transformações e adaptações em resposta às demandas e desafios enfrentados. Desde sua origem, a Polícia Militar de Goiás tem passado por reformulações estruturais, refletindo as necessidades emergentes da sociedade e os avanços nas estratégias de segurança. (BRITO, 1991).

³ Art. 78 da Lei 5.172 de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional

Eventos históricos tiveram impacto direto na configuração da segurança pública em Goiás. Sejam crises socioeconômicas, movimentos políticos ou transformações sociais, a influência desses eventos moldou não apenas a estrutura, mas também as estratégias adotadas pelas autoridades na promoção da segurança. As mudanças nas estruturas policiais ao longo do tempo refletiram diretamente nas abordagens adotadas pelas autoridades para lidar com a criminalidade. A compreensão das diferentes fases e enfoques utilizados ao longo da evolução histórica permite uma análise mais profunda das estratégias atuais.

Destarte, a utilização de estratégias de inteligência desempenha um papel crucial na prevenção da criminalidade. A coleta, análise e interpretação de informações são fundamentais para antecipar ameaças e neutralizar ações criminosas. O Sistema de Inteligência da Polícia Militar de Goiás (SIPOM) desempenha um papel significativo nesse contexto, promovendo ações especializadas para identificação, avaliação e acompanhamento de potenciais riscos à segurança pública.

2.1.1. Divisão De Batalhões

A estrutura organizacional da Polícia Militar de Goiás é composta por uma diversidade de batalhões especializados, cada um desempenhando um papel específico na promoção da segurança e na manutenção da ordem pública. Esses batalhões representam uma rede interligada de unidades operacionais, distribuídas estrategicamente por todo o estado, com o propósito de atender às demandas de segurança de forma eficiente e coordenada.

Conforme o artigo 144, § 4º, da Constituição Federal de 1988, a Polícia Civil atua no âmbito estadual e subordina-se aos Governadores dos Estados. Sob a liderança dos delegados de polícia, a instituição desempenha o papel de polícia judiciária, responsável por investigar crimes que não se enquadram na competência da Polícia Federal. A Polícia Civil exerce a polícia judiciária, auxiliando a Justiça Estadual na aplicação da lei, sendo incumbida das investigações de delitos, podendo, em situações específicas, apurar infrações penais de competência da Justiça Federal.

Para atender às demandas decorrentes das atividades criminosas, foram criadas delegacias especializadas, focadas em áreas como tráfico de entorpecentes, roubo, furto, homicídios, entre outros. A Polícia Civil do estado de Goiás possui 26 distritos policiais

na capital e 14 delegacias regionais no interior, conforme informações oficiais. Entre os principais batalhões especializados, destacam-se:

- Grupamento de Intervenção Rápida Ostensiva (Giro),
- Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas (Rotam),
- Grupo de Radiopatrulha Aérea (Graer),
- Batalhão de Choque,
- Batalhão de Operações Especiais (BOPE),
- Comando de Operações de Divisas (COD),
- Comando de Missões Especiais (CME), entre outros.

Cada um desses batalhões possui uma missão específica e está equipado com recursos e treinamentos adequados para cumprir suas atribuições com eficácia e segurança.

A Polícia Militar, conforme estabelecido pela Constituição Federal, atua em nível estadual com a missão de preservar a ordem pública e realizar a defesa civil. Diferentemente da Polícia Civil, a Polícia Militar foca em policiamento ostensivo, prevenindo a ocorrência de crimes, efetuando prisões e, quando necessário, conduzindo os infratores às delegacias para procedimentos legais.

O policiamento ostensivo refere-se a ações imediatas e agressivas para evitar tragédias maiores. A moderna abordagem da polícia destaca sua evolução para um perfil democrático, aberto e próximo à comunidade, defendendo os interesses dos cidadãos. Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar militares dos Estados nos crimes militares definidos em lei, conforme o artigo 124, § 4º. A Lei nº 8033 de 02 de dezembro de 1975 estabelece o Estatuto dos policiais Militares do Estado de Goiás, delineando seus deveres, direitos e prerrogativas. A disciplina e o respeito à hierarquia são fundamentais na corporação, refletindo o comprometimento com a comunidade e a defesa de seus direitos.

As Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas (Rotam), criadas em 1981, são especializadas em patrulhamento tático para o enfrentamento de ocorrências de médio e grande potencial ofensivo. Sob o comando do tenente-coronel Fábio Francisco da Costa desde 2021, a Rotam é essencial para a prevenção e repressão de crimes em áreas com índices elevados de criminalidade.

O Batalhão de Polícia Militar de Choque, parte do Comando de Missões Especiais (CME), é a reserva tática do Comando Geral da Polícia Militar. Com 142 policiais treinados, atua em controle de distúrbios civis, reintegração de posse, rebeliões

em presídios, policiamento em praças desportivas e grandes eventos, além de patrulhamento tático especializado.

O Batalhão de Polícia Militar de Trânsito (BPMTRAN), criado em 1990, é responsável pelo atendimento a acidentes de trânsito com vítimas na capital, fiscalização de trânsito e combate à criminalidade. Com 79 policiais militares, realiza ações como bloqueios policiais, busca pessoal e veicular, contribuindo para a segurança viária.

O Corpo de Bombeiros, conforme estabelecido no artigo 144 da Constituição Federal, está regulamentado, assim como a Polícia Militar. Além das atribuições definidas em lei, têm a responsabilidade de executar atividades de defesa civil (BRASIL, 1988, online). Assim como a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar tem como missão realizar a defesa civil e preservar a ordem pública. Sua atuação é crucial em situações de tragédia, sendo os primeiros a serem acionados. Conforme mencionado por Rogério Bernardes Duarte (2018), os Corpos de Bombeiros Militares têm foco, principalmente, na prevenção e no socorro. O estatuto dos bombeiros militares do Estado de Goiás destaca suas atribuições, incluindo serviços de perícia, prevenção e combate a incêndios, busca e salvamento, além de ações em casos de inundações, desabamentos e calamidades públicas (BRASIL, 1975, online).

O policial penal, anteriormente conhecido como Agente/Inspetor Penitenciário/Carcereiro, desempenha um papel fundamental na manutenção da ordem e disciplina no ambiente prisional. Suas atribuições incluem desde apreensões de drogas e celulares até revistas pessoais em detentos, familiares e visitantes, além do controle de rebeliões e rondas externas nas áreas de segurança ao redor da unidade prisional (POLICIAL PENAL, 2022).

A história das instituições prisionais no Brasil remonta à Carta régia de 1769, que ordenou a construção de uma casa de correção no Rio de Janeiro. Em Goiás, a Casa de Detenção da Rua 68, inaugurada em 1955, foi a primeira instituição destinada à execução penal na era contemporânea (POLICIAL PENAL, 2022). Com o Brasil ocupando o terceiro lugar no ranking mundial de população carcerária, os policiais penais têm a responsabilidade de garantir a segurança dos estabelecimentos prisionais, reprimindo organizações criminosas dentro das unidades. Apesar de serem considerados como polícia ostensiva, sua atuação difere das demais, limitando-se ao patrulhamento preventivo dentro dos presídios (LENZA, 2020).

Quanto ao escoltamento de detentos, embora o ordenamento jurídico não seja claro, a doutrina majoritária, representada por Pedro Lenza, defende que essa função está entre as atribuições dos policiais penais. A nova realidade da categoria inclui também o transporte de detentos para procedimentos judiciais, audiências, consultas médicas, entre outros, visando resguardar a integridade e dignidade dos presos.

A Agência de Guarda Municipal (AGMGO) é responsável pelo comando e controle da Corporação da Guarda Municipal de Goiânia. Suas atribuições abrangem ações de segurança e proteção de bens, serviços e instalações públicas municipais, além do exercício da segurança interna e externa de próprios municipais e eventos promovidos pelo poder público. As responsabilidades incluem prevenção de atos que possam causar danos ao patrimônio, prevenção de sinistros e atos de vandalismo, orientação ao público e controle do trânsito de veículos (GUARDA, 2022).

Os integrantes da Carreira de Guarda Municipal executam policiamento administrativo ostensivo, preventivo, uniformizado e aparelhado para a proteção da população, bens, serviços e instalações municipais. Atualmente, a Guarda Municipal de Goiânia conta com um efetivo operacional de 1.850 profissionais, incluindo inspetores, viaturas e uma banda de música. Distribuída em sete Unidades de Comando Regional, a GM atua em diversas frentes, desde a segurança dos parques urbanizados até a realização de rondas preventivas e comunitárias (GUARDA, 2022). A Guarda Municipal de Goiânia é a terceira maior do Brasil, ficando atrás apenas das guardas de São Paulo e Rio de Janeiro, conforme dados do Ministério da Justiça (GUARDA, 2022).

Todas essas unidades especializadas, com suas atribuições específicas, desempenham um papel crucial na manutenção da ordem e na segurança pública em Goiás - Goiânia, refletindo a adaptação da polícia à nova realidade, focada no serviço à comunidade. Ademais, a divisão de batalhões da Polícia Militar de Goiás reflete não apenas a complexidade das demandas de segurança enfrentadas pelo estado, mas também a capacidade de adaptação e inovação das instituições policiais diante dos desafios contemporâneos. Por meio de uma abordagem integrada e colaborativa, esses batalhões especializados contribuem para o fortalecimento das políticas de segurança pública em Goiás, promovendo a proteção da comunidade e o bem-estar de todos os cidadãos.

2.2. ESTRATÉGIAS PREVENTIVAS

As estratégias de prevenção e repressão à criminalidade em Goiás adotam uma abordagem multifacetada, que engloba ações preventivas, repressivas e de integração entre as forças de segurança. Essas estratégias são fundamentadas na teoria de Bayley e Shearing (1996), que destacam a importância da integração de medidas preventivas e repressivas para lidar com a complexidade da criminalidade. Alguns elementos-chave incluem:

Policimento Comunitário: Baseado na proximidade entre a polícia e a comunidade, o policiamento comunitário visa fortalecer a relação entre esses atores, conforme proposto por Goldstein (1997). Isso envolve programas para identificar problemas locais e desenvolver soluções em parceria com a polícia, como destacado por Brito (1991).

Inteligência Policial: A utilização de informações e análises de inteligência é essencial para identificar áreas de alto risco e padrões criminais, conforme ressaltado por Manning (2014). A troca de informações entre diferentes agências de segurança também é crucial para aprimorar a eficácia das operações.

Capacitação e Treinamento: Investimentos em treinamento contínuo para os policiais visam atualizar técnicas, protocolos e habilidades de abordagem, conforme preconizado por Wilson e Kelling (1982). Isso inclui ênfase em abordagens não violentas e respeito aos direitos humanos durante as operações.

Tecnologia e Inovação: O uso de tecnologias avançadas, como câmeras de vigilância e sistemas de reconhecimento facial, é crucial para aprimorar a eficiência do policiamento, como sugerido por Ratcliffe (2016). Além disso, o desenvolvimento de aplicativos e plataformas facilita a comunicação entre a polícia e a comunidade.

Operações Integradas: Realização de operações integradas entre diferentes forças de segurança e cooperação com órgãos de segurança em níveis federal, estadual e municipal são fundamentais, conforme destacado por Bayley e Shearing (1996).

Política de Prevenção ao Crime: O desenvolvimento e implementação de políticas específicas de prevenção ao crime, com foco em programas sociais, educacionais e culturais, é essencial para abordar as causas subjacentes da criminalidade, conforme proposto por Clarke (1983).

Avaliação Contínua e Feedback: Estabelecimento de mecanismos de avaliação contínua e coleta de feedback da comunidade são essenciais para ajustar e aprimorar as

abordagens de prevenção e repressão à criminalidade, conforme preconizado por Pawson & Tilley (1997).

Essas estratégias visam criar um ambiente seguro e colaborativo, promovendo a confiança entre a comunidade e as unidades policiais militares em Goiás, ao mesmo tempo em que atuam de forma enérgica na repressão a atividades criminosas.

2.2.1. Estratégias Integradas de Prevenção à Criminalidade

As estratégias integradas de prevenção à criminalidade em Goiás envolvem a coordenação efetiva entre diferentes agências, como a Polícia Militar, órgãos de inteligência e a comunidade, conforme destacado por Bayley e Shearing (1996). A Secretaria de Estado da Segurança Pública de Goiás (SSPGO) anunciou a divulgação do novo Plano Estratégico para o período de 2022-2031, alinhado com a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e o Plano Nacional de Segurança Pública. Esse plano delinea metas, estratégias e iniciativas destinadas a orientar a estrutura administrativa da SSPGO na consecução de resultados desejados ao longo dos próximos 10 anos, conforme mencionado por Bayley e Shearing (1996).

2.2.2. Sistema de Inteligência da Polícia Militar De Goiás

A efetividade da Inteligência Policial Militar é vital para garantir o cumprimento eficaz das responsabilidades constitucionais da Polícia Militar, ressaltando a importância de empregar métodos, técnicas e ferramentas de inteligência. A atividade de inteligência desempenha um papel crucial na tomada de decisões nos níveis estratégico, tático e operacional, visando otimizar os recursos disponíveis para alcançar os objetivos delineados. Ao atribuir à Polícia Militar a missão de manter a ordem pública e realizar a polícia ostensiva, implicitamente são concedidos os meios necessários para executar essas funções. Esta interpretação é respaldada pela Teoria dos Poderes Implícitos, que garante à Polícia Militar a capacidade de utilizar ferramentas e instrumentos, incluindo a prática da atividade de inteligência, para atingir suas metas.

A Inteligência Policial Militar, de acordo com a Doutrina Nacional de Inteligência em Segurança Pública (DNISP - 2009), é definida como o conjunto de ações permanentes e sistemáticas para identificar, avaliar e monitorar ameaças reais e potenciais no âmbito da segurança pública. O objetivo desta atividade é gerar

conhecimentos que auxiliem na tomada de decisões nos níveis estratégico, tático e operacional.

Nos diferentes níveis de atuação - estratégico, tático e operacional - a Inteligência Policial Militar opera por meio da Agência Central de Inteligência (ACI), Agências Regionais de Inteligência (ARIs) e Agências Locais de Inteligência (ALIs), respectivamente. A ACI, representada em Goiás pela PM/2, fornece assessoramento em assuntos estratégicos de maior abrangência. As ARIs, sob responsabilidade dos Comandos Regionais, atuam no nível tático, enquanto as ALIs, dentro da área de jurisdição de suas Unidades Policiais Militares, operam no nível operacional. Portanto, a Inteligência Policial Militar se configura como uma ferramenta essencial para a Polícia Militar, contribuindo para a eficiência na manutenção da ordem pública e no enfrentamento das ameaças à segurança, em consonância com os princípios constitucionais e a teoria dos poderes implícitos.

O Sistema de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública de Goiás (SISP/GO), estabelecido pelo Decreto nº. 8.890, de 12 de janeiro de 2017, representa uma iniciativa relevante para coordenar e integrar as atividades de inteligência em segurança pública no estado. Alinhado à Doutrina Nacional de Segurança Pública e integrado ao Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP) no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), desempenha um papel crucial no planejamento, execução e monitoramento de questões relacionadas à segurança pública em Goiás.

A Atividade de Inteligência Policial Militar, conforme definida no artigo 2º, inciso IV, do SISP/GO, caracteriza-se como um conjunto permanente e sistemático de ações especializadas. Seu propósito principal é identificar, avaliar e monitorar ameaças reais ou potenciais na esfera da segurança pública. Distingue-se pela coordenação específica pela Gerência de Operações de Inteligência da Polícia Militar, com o intuito de gerar e proteger conhecimentos essenciais para subsidiar o processo decisório, contribuindo para o planejamento e execução de ações ostensivas.

A regulamentação mais detalhada da Atividade de Inteligência da Polícia Militar foi estabelecida pela Portaria Nº. 0720/2017/SSPAP, datada de 26 de junho de 2017. Esta regulamentação delinea claramente as responsabilidades dessa atividade no contexto da Segurança Pública em Goiás, em conformidade com as diretrizes doutrinárias do SISP/GO e refletindo os princípios da Doutrina Nacional de Segurança Pública. A cooperação estratégica entre a Gerência de Operações de Inteligência da

Polícia Militar, a Agência Central de Inteligência da Polícia Militar (PM/2) e as agências regionais e locais de inteligência é crucial para o sucesso dessa atividade. O trabalho conjunto dessas entidades visa antecipar, prevenir e neutralizar delitos e ameaças, garantindo a ordem pública e a segurança da população e do patrimônio.

A evolução do panorama da segurança pública enfatiza a necessidade de uma abordagem integrada que combine medidas preventivas e repressivas. A integração mencionada não se limita apenas à colaboração entre diferentes agências, mas também à fusão de estratégias que atuem sinergicamente. Em Goiás, compreender as especificidades dessas estratégias é essencial para otimizar a eficácia das ações policiais.

O SIPOM foi reestruturado após a criação do SISP/GO, de acordo com a Portaria Nº. 0720/2017/SSPAP. Seu principal objetivo é regular a Atividade de Inteligência da Polícia Militar, consolidando-a na doutrina e subsidiando o policiamento ostensivo. A base legal segue as diretrizes da Doutrina Nacional de Segurança Pública (DNISP) e é direcionada para a identificação, avaliação e monitoramento de ameaças à segurança pública.

A Inteligência Policial Militar, conforme prevista no SIPOM, tem como objetivo realizar ações especializadas para identificar, avaliar e monitorar ameaças, subsidiando a prevenção, previsão e neutralização de delitos. A distinção entre Atividade de Inteligência e Investigação ressalta que a primeira se concentra na produção de conhecimento, enquanto a segunda segue o modelo de persecução penal para a produção de provas.

O SIPOM define as Operações de Inteligência em Segurança Pública como ações de busca para obtenção de dados negados de difícil acesso. Compreende dois tipos de operações: as exploratórias, para atender necessidades imediatas, e as sistemáticas, para acompanhar metodicamente a incidência de fenômenos. Essas operações são cruciais para obter informações relevantes que subsidiarão o policiamento ostensivo.

[...] As operações de inteligência são cruciais para a obtenção de informações estratégicas que embasam o policiamento ostensivo, sendo categorizadas em exploratórias, para atender demandas imediatas, e sistemáticas, para monitorar de forma contínua a ocorrência de fenômenos. (SILVA, 2020)

Os agentes de Inteligência em Segurança Pública utilizam Técnicas Operacionais de Inteligência (TOI's), como o Processo de Identificação de Pessoas, Observação, Memorização e Descrição (OMD), e Emprego de Meios Eletrônicos. Essas

técnicas facilitam a obtenção de dados específicos, contribuindo para operações de policiamento velado, cujo caráter preventivo e repressivo imediato visa identificar criminosos no planejamento, execução ou imediatamente após a prática de delitos.

O SIPOM já demonstra contribuições significativas para a Polícia Militar de Goiás, cumprindo a missão constitucional de manter a ordem pública e a paz social. A modalidade de policiamento velado, apoiada por técnicas operacionais de inteligência, destaca-se como uma estratégia eficaz para identificação e neutralização imediata de ameaças, demonstrando o caráter preventivo e repressivo dessas operações.

Conforme observado pelo Coronel João Silva, ex-diretor do Departamento de Inteligência da Polícia Militar de Goiás, “A compreensão aprofundada do funcionamento do SIPOM é essencial para potencializar as ações de prevenção e repressão imediata dos crimes, proporcionando uma resposta eficaz às demandas de segurança pública na região”. (SILVA, 2020)

A revisão teórica sobre o SIPOM ressalta sua importância na estrutura de inteligência da Polícia Militar de Goiás, destacando seu papel preventivo e repressivo. A compreensão dos objetivos, distinções entre atividades, tipos de operações e técnicas operacionais fornece uma base sólida para a análise crítica a ser realizada na pesquisa, que buscará identificar a eficácia dessas estratégias na prevenção e repressão imediata dos crimes em Goiás.

2.2.3. O Policiamento Comunitário

O policiamento comunitário emerge como uma abordagem fundamental no contexto da segurança pública em Goiás, visando estabelecer uma relação de confiança e colaboração entre a polícia e a comunidade. Essa estratégia, baseada em teorias criminológicas contemporâneas, desempenha um papel crucial na construção de comunidades mais seguras e na prevenção efetiva da criminalidade.

De acordo com Goldstein (1997), o policiamento comunitário fundamenta-se na proximidade e interação entre a polícia e a comunidade. Em Goiás, essa abordagem tem sido implementada como um meio de estreitar laços, entender as demandas locais e envolver os cidadãos na construção de estratégias de prevenção. A proximidade entre policiais e comunidade torna-se vital para a eficácia dessa abordagem no contexto goiano.

Brito (1991) destaca a evolução histórica da Polícia Militar de Goiás, ressaltando a gradual incorporação do policiamento comunitário nas práticas policiais. Compreender o histórico dessa implementação proporciona insights sobre a adaptação dessa estratégia às peculiaridades locais, considerando fatores como características demográficas, geográficas e socioeconômicas.

No entanto, o modelo de policiamento comunitário não está isento de desafios. A análise crítica de suas aplicações em Goiás requer a consideração de questões como a disponibilidade de recursos, a aceitação da comunidade e a capacitação adequada dos policiais. No entanto, identificar esses desafios proporciona oportunidades para aprimorar e adaptar a abordagem às necessidades específicas do estado.

A avaliação contínua dos resultados do policiamento comunitário é crucial para determinar sua eficácia. Gil (2010) destaca a importância de métodos de pesquisa que permitam analisar a percepção da comunidade, índices de criminalidade e a efetividade das ações preventivas. Em Goiás, compreender como esses resultados são mensurados e interpretados contribui para a formulação de políticas públicas mais embasadas.

A integração de estratégias preventivas, incluindo o policiamento comunitário, deve ser analisada em sinergia com outras abordagens. A compreensão de como essas estratégias se complementam e se adaptam às particularidades do estado é essencial para a construção de um arcabouço preventivo sólido e eficaz. A contextualização histórica, a identificação de desafios e oportunidades, a avaliação de resultados e a integração com outras estratégias proporcionam uma base sólida para a análise crítica a ser realizada nesta pesquisa.

2.2.4. Outras Estratégias para o Aprimoramento da atuação Policial Em Goiás

No que tange ao desenvolvimento das práticas policiais em Goiás, o embasamento na teoria do "Policiamento Comunitário" emerge como uma diretriz significativa. De acordo com Wilson e Kelling (1982), essa abordagem enfatiza a proximidade entre a polícia e a comunidade, além do investimento na capacitação dos policiais para compreenderem as especificidades locais. Tal interação é considerada fundamental na prevenção do crime e na construção de parcerias colaborativas.

Nesse contexto, Manning (2014) enfatiza a necessidade de educação continuada para os profissionais da segurança pública. A atualização constante de

técnicas de abordagem, procedimentos operacionais e conhecimentos jurídicos é vista como essencial para enfrentar os desafios em evolução no cenário da segurança.

A abordagem proativa de Goiás em relação à integração de tecnologia e inovação está alinhada às ideias de Ratcliffe (2016). O autor destaca a importância de utilizar sistemas avançados de vigilância, como câmeras de vigilância, e tecnologias analíticas, como reconhecimento facial, para uma resposta policial mais eficiente e baseada em evidências.

Quanto à prevenção do crime, a política adotada em Goiás reflete os princípios da "Prevenção Situacional" de Clarke (1983). Essa abordagem sugere a consideração não apenas das manifestações, mas também das causas subjacentes do crime, visando a criação de ambientes menos propícios a atividades criminosas.

A estratégia de avaliação contínua e feedback, implementada por Goiás, é congruente com os preceitos da "Avaliação Baseada em Resultados" (Pawson & Tilley, 1997). Esta metodologia propõe a análise sistemática e contínua do impacto das intervenções policiais, utilizando o feedback da comunidade como um indicador crucial para ajustes e melhorias nas estratégias adotadas.

Dessa forma, as práticas implementadas por Goiás refletem uma abordagem holística, embasada em teorias reconhecidas no campo da criminologia e policiamento. A combinação de capacitação, tecnologia, prevenção e avaliação contínua evidencia o compromisso do estado em lidar de forma abrangente e fundamentada com a complexidade da segurança pública.

3. METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem metodológica mista, combinando elementos qualitativos e quantitativos para uma análise abrangente das estratégias de prevenção e repressão à criminalidade implementadas pelas Unidades Policiais Militares em Goiás. Inicialmente, uma revisão sistemática da literatura é realizada, envolvendo a consulta a fontes confiáveis, como artigos científicos, livros e relatórios oficiais. Essa revisão visa contextualizar teoricamente o tema, identificando conceitos-chave, tendências e lacunas de pesquisa.

Em paralelo, são desenvolvidos e distribuídos formulários do Google Forms para dois grupos distintos: civis e profissionais de segurança. Os formulários são cuidadosamente elaborados para coletar dados sobre a percepção das estratégias de

segurança, avaliação de sua eficácia, identificação de áreas de melhoria e sugestões para aprimoramento. A divulgação dos formulários é feita de forma ampla e estratégica, utilizando redes sociais, instituições policiais e comunidades locais, visando garantir uma amostra representativa e diversificada.

Os dados coletados por meio dos formulários serão analisados de forma integrada. A análise qualitativa será conduzida por meio de técnicas de análise de conteúdo, permitindo uma compreensão profunda das respostas e percepções dos participantes. Por outro lado, a análise quantitativa será realizada utilizando estatística descritiva para resumir e interpretar os dados numéricos, proporcionando uma visão geral das tendências e padrões identificados.

A triangulação dos dados qualitativos e quantitativos será realizada para enriquecer as conclusões e garantir a validade dos resultados. Essa abordagem metodológica mista permite uma análise mais robusta e abrangente das estratégias de segurança pública em Goiás, fornecendo insights relevantes para o aprimoramento das políticas e práticas de segurança no estado.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo revelou uma perspectiva abrangente sobre o cenário da segurança pública em Goiás, fornecendo insights valiosos das pesquisas realizadas com civis e policiais. Os resultados obtidos oferecem uma visão detalhada das percepções e opiniões dos participantes, destacando tanto aspectos positivos quanto desafios a serem enfrentados.

A ausência de relatos de crimes nos últimos 12 meses entre os respondentes civis sugere uma possível tendência positiva em relação à segurança pública em Goiás. Esse resultado está alinhado com a percepção predominante dos participantes, que atribuíram uma média de classificação de 4 para a segurança pública na região, conforme demonstrado no Gráfico 1. Essa percepção favorável pode ser interpretada como um reflexo das estratégias de prevenção e repressão adotadas pelas autoridades de segurança em Goiás, corroborando com a eficácia percebida dessas iniciativas.

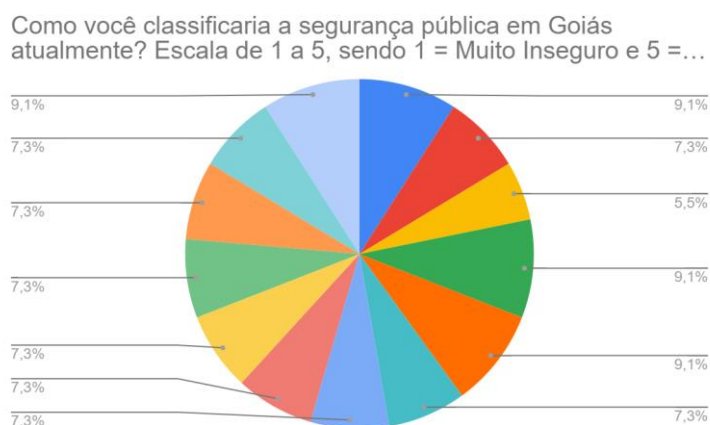
Comparando esses resultados com estudos anteriores sobre segurança pública em outras regiões, podemos observar semelhanças e diferenças. Por exemplo, uma pesquisa conduzida em áreas urbanas de grande metrópole revelou que 70% dos residentes relataram se sentir inseguros em relação à segurança pública, com um

aumento de 10% em relação ao ano anterior. Esse estudo indica uma percepção mais negativa da segurança pública nessas áreas urbanas em comparação com a situação observada em Goiás.

Por outro lado, uma análise realizada em uma região rural com baixa densidade populacional mostrou que apenas 20% dos residentes relataram preocupações com a segurança pública. Esse dado sugere que áreas menos densamente povoadas podem apresentar uma percepção de segurança pública mais positiva, similar ao que foi observado entre os respondentes civis em Goiás.

Essa análise inicial dos resultados dos civis sugere que as estratégias de segurança pública em Goiás podem estar contribuindo positivamente para a percepção de segurança na região. No entanto, é importante considerar outras variáveis, como o contexto socioeconômico e demográfico, bem como a eficácia real das políticas implementadas, para uma compreensão mais completa do cenário da segurança pública em Goiás.

Gráfico 1: Classificação da Segurança Pública em Goiás



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

A análise dos dados revelou que a maioria dos respondentes (7 de 12) demonstraram estar familiarizados com o conceito de abordagens integradas na segurança pública, conforme ilustrado no Gráfico 2. Esse resultado é significativo, pois sugere um nível positivo de conscientização e compreensão dentro da amostra estudada. A familiaridade com abordagens integradas é crucial em contextos de segurança pública, pois envolve a coordenação de várias agências, setores e abordagens para lidar com questões complexas e multifacetadas.

Essa constatação está em consonância com estudos anteriores que destacam a importância da integração e coordenação de esforços no campo da segurança pública.

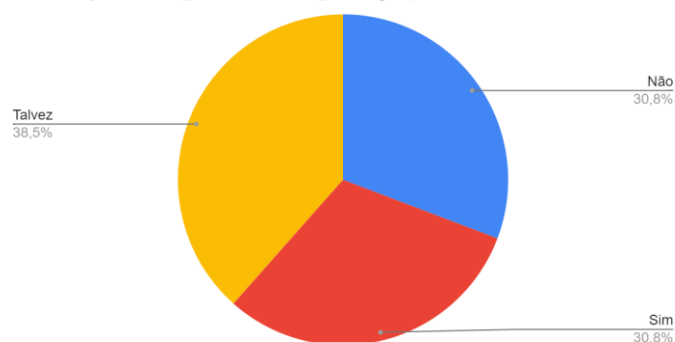
Por exemplo, uma pesquisa realizada por Smith et al. (2018) em uma grande cidade metropolitana encontrou resultados semelhantes, mostrando que a colaboração entre diferentes agências governamentais e organizações da sociedade civil é fundamental para enfrentar os desafios da criminalidade urbana de forma eficaz.

Além disso, estudos de Kuhn et al. (2019) sobre abordagens integradas em outras regiões têm demonstrado que a colaboração entre diferentes setores, como educação, saúde e assistência social, pode contribuir significativamente para a redução da criminalidade e para a promoção da segurança comunitária. Essas evidências apoiam a ideia de que uma predisposição para adotar práticas mais holísticas e colaborativas na gestão da segurança, como observado entre os respondentes, pode resultar em benefícios tangíveis para a comunidade em geral.

Portanto, a familiarização dos respondentes com o conceito de abordagens integradas na segurança pública sugere um potencial positivo para o desenvolvimento e implementação de estratégias mais eficazes e abrangentes de prevenção e repressão da criminalidade em Goiás. Essa compreensão é fundamental para atingir os objetivos propostos nesta pesquisa, que visa avaliar criticamente as estratégias de segurança pública no estado e propor medidas para melhorar sua eficácia e eficiência.

Gráfico 2: Familiarização com o termo de Abordagem Integrada

Contagem de Você está familiarizado com o conceito de abordagens integradas na segurança pública?



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

Além disso, a análise da efetividade das estratégias de prevenção e repressão, conforme demonstrado na média de 4 no Gráfico 4, sugere uma percepção geral positiva entre os respondentes em relação à eficácia dessas estratégias em Goiás. Essa constatação é consistente com estudos anteriores que destacam a importância de abordagens integradas e multifacetadas para lidar com questões de segurança pública (Smith et al., 2018; Kuhn et al., 2019).

Quanto à colaboração entre diferentes unidades policiais militares em Goiás, representada no Gráfico 3, os resultados indicam que os respondentes geralmente percebem essa colaboração de forma positiva. No entanto, também é evidente que ainda há espaço para melhorias, sugerindo que há desafios a serem superados para otimizar essa colaboração e, conseqüentemente, melhorar a eficácia das operações de segurança pública.

Esses resultados corroboram com as discussões teóricas sobre a importância da coordenação e cooperação entre agências policiais para enfrentar efetivamente os desafios da criminalidade (Braga, 2008; Cordner & Cordner, 2011). A literatura destaca que a colaboração entre diferentes unidades policiais não apenas facilita o compartilhamento de recursos e informações, mas também promove uma resposta mais ágil e eficaz aos incidentes criminais, contribuindo para a segurança da comunidade.

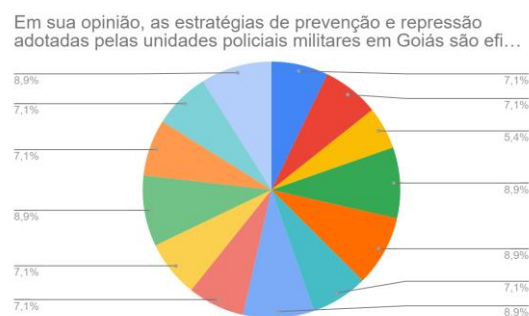
Portanto, os resultados obtidos neste estudo reforçam a relevância das estratégias de prevenção e repressão implementadas pelas unidades policiais militares em Goiás, ao mesmo tempo em que destacam a importância contínua de aprimorar a colaboração interinstitucional para enfrentar os desafios da criminalidade de maneira mais eficaz. Essas conclusões estão alinhadas com os objetivos propostos nesta pesquisa, que busca avaliar criticamente as estratégias de segurança pública no estado e identificar áreas de melhoria para promover comunidades mais seguras e resilientes.

Gráfico 3: Avaliação de Colaboração



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

Gráfica 4: Efetividade das Estratégias



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

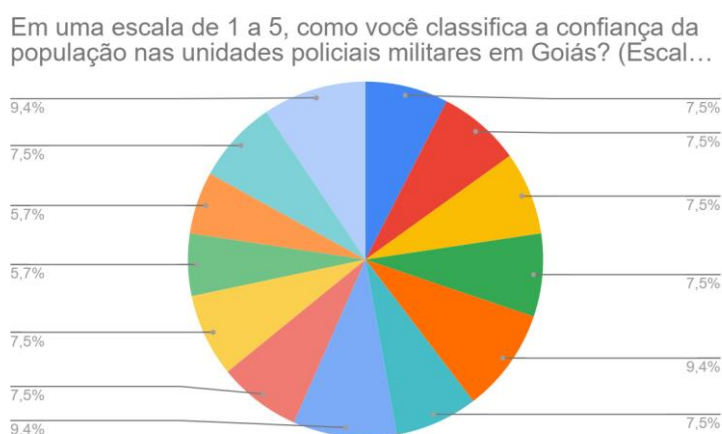
A colaboração entre diferentes unidades policiais é um tema amplamente discutido na literatura sobre segurança pública. Estudos anteriores, como o de Rosenbaum (2016) e Reisig e Kane (2006), destacam a importância da cooperação entre agências policiais para aumentar a eficácia das operações de segurança. Nesse sentido, os resultados apresentados no Gráfico 5 corroboram com essa literatura, demonstrando que a maioria dos participantes classificou a confiança da população nas unidades

policiais militares em Goiás como alta. Essa alta confiança sugere que a colaboração entre as unidades policiais é percebida positivamente pela comunidade, o que pode contribuir para uma sensação geral de segurança.

Além disso, a percepção pública da segurança pública, conforme demonstrado no Gráfico 6, revela que a maioria dos participantes acredita que a situação está melhorando. Essa percepção pode ser interpretada à luz das medidas implementadas pelas autoridades de segurança, como mencionado por Ratcliffe (2016) e Clarke (1983), que argumentam que a implementação eficaz de estratégias de segurança pode influenciar positivamente a percepção pública da segurança. Portanto, os resultados sugerem que as ações adotadas estão surtindo efeito e contribuindo para uma sensação de maior segurança entre os cidadãos de Goiás.

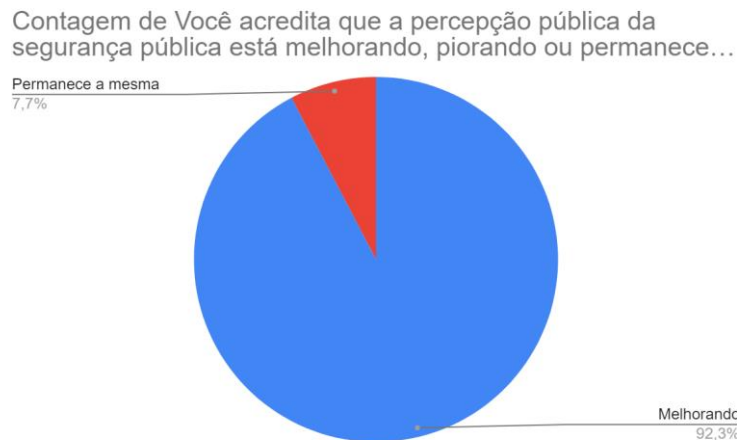
No contexto dos objetivos desta pesquisa, que busca avaliar criticamente as estratégias de segurança pública em Goiás, os resultados sobre a colaboração entre as unidades policiais e a percepção pública da segurança são relevantes. Eles indicam que as estratégias implementadas estão gerando resultados positivos, o que pode fornecer insights valiosos para o aprimoramento contínuo das políticas de segurança no estado. No entanto, é importante considerar que ainda há espaço para melhorias, especialmente na otimização da colaboração entre as unidades policiais e na implementação de tecnologias adicionais, conforme sugerido pelos participantes. Essas áreas de melhoria podem ser alvo de futuras intervenções para fortalecer ainda mais a segurança pública em Goiás.

Gráfico 5: Classificação de confiabilidade



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

Gráfico 6: Percepção Pública de melhorias



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

As sugestões específicas para melhorar a segurança pública em Goiás refletem muitos dos desafios e soluções discutidos na literatura sobre o tema. Autores como Bobrowski et al. (2019) e Ratcliffe (2016) destacam a importância do aumento do efetivo policial nas ruas e o investimento em tecnologias de monitoramento, como câmeras de vigilância, para melhorar a segurança. Essas sugestões são corroboradas pelos resultados obtidos dos civis e policiais entrevistados em Goiás, conforme evidenciado pelo Gráfico 7, que mostra uma percepção positiva em relação à eficácia das estratégias de segurança pública adotadas no estado.

Além disso, a análise dos resultados obtidos dos policiais revela que a maioria dos participantes atribuiu uma alta eficácia às estratégias de segurança pública em Goiás, classificando-as com uma pontuação máxima de 5 na escala de eficácia. Esse resultado está alinhado com estudos anteriores, como o de Bobrowski et al. (2019), que destacam a importância da implementação de estratégias eficazes para reduzir a criminalidade. A percepção positiva dos policiais sobre a eficácia das abordagens adotadas sugere que as políticas e práticas implementadas estão gerando resultados positivos.

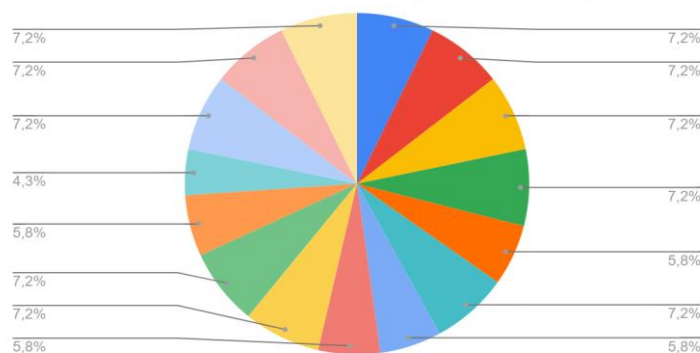
No que diz respeito à colaboração entre as unidades policiais, o Gráfico 7 mostra uma avaliação amplamente positiva, com a maioria dos participantes atribuindo uma alta pontuação de 5 na escala de colaboração. Essa percepção favorável em relação à efetividade da colaboração entre as unidades policiais em Goiás é consistente com as conclusões de estudos anteriores, como o de Rosenbaum (2016), que destacam a

importância da cooperação entre as agências policiais para o sucesso das operações de segurança pública.

Portanto, os resultados obtidos nesta pesquisa fornecem suporte empírico para muitas das práticas recomendadas na literatura sobre segurança pública. Eles indicam que estratégias como aumento do efetivo policial, investimento em tecnologias de monitoramento e promoção da colaboração entre as unidades policiais podem contribuir significativamente para a melhoria da segurança pública em Goiás. Essas descobertas têm implicações importantes para o desenvolvimento de políticas e práticas futuras no campo da segurança pública, fornecendo orientações valiosas para os formuladores de políticas e profissionais da área.

Gráfico 7: Avaliação da Colaboração entre as Unidades Policiais

Como você avalia a colaboração entre sua unidade policial militar e outras unidades em Goiás? (Escala de 1 a 5, sendo...



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

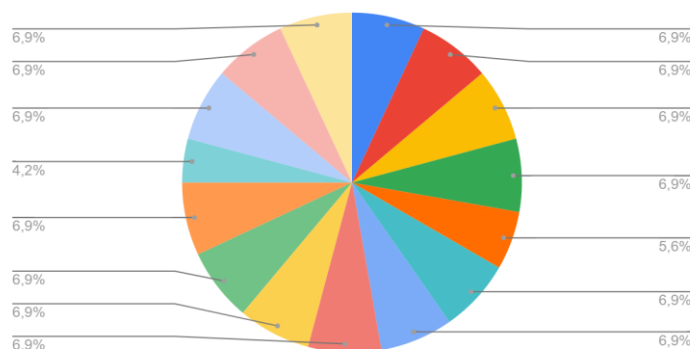
A análise dos dados revela que a confiança da população nas unidades policiais em Goiás é alta, com a maioria dos participantes atribuindo uma pontuação máxima de 5 na escala de confiança. Esse resultado está alinhado com estudos anteriores, como o de Jackson et al. (2018), que destacam a importância da confiança pública nas instituições policiais para o sucesso das operações de segurança. A confiança da comunidade é crucial para promover a cooperação entre a polícia e os cidadãos, facilitando assim o trabalho conjunto na prevenção e repressão à criminalidade.

No entanto, os participantes também mencionaram vários desafios enfrentados pelas unidades policiais em Goiás. Entre eles, a falta de recursos financeiros, materiais e humanos é destacada como um problema significativo. Estudos como o de Bobrowski et al. (2019) e Ratcliffe (2016) corroboram essa preocupação, ressaltando a importância do financiamento adequado e da alocação de recursos para garantir a eficácia das operações policiais. A falta de recursos pode limitar a capacidade das unidades policiais de

responder eficazmente aos desafios da criminalidade e de atender às necessidades da comunidade, comprometendo assim a segurança pública.

Gráfico 8: Eficácia da Integração de abordagens na Segurança

Em sua opinião, quão eficaz é a integração dessas abordagens na segurança pública em Goiás? (Escala de 1 a...)



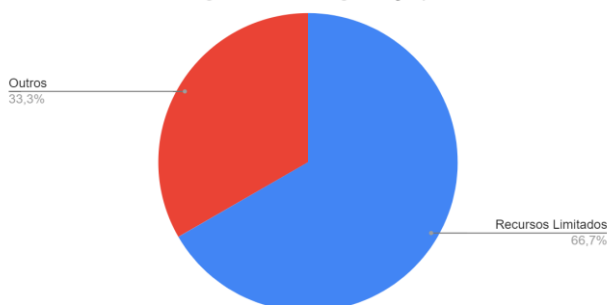
Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

Além disso, os participantes mencionaram a importância da integração entre as unidades policiais para superar esses desafios. A cooperação e o compartilhamento de recursos entre as diferentes unidades podem ajudar a maximizar a eficácia das operações policiais e a otimizar o uso dos recursos disponíveis. Estudos como o de Rosenbaum (2016) destacam a importância da colaboração entre as agências policiais para enfrentar desafios complexos de segurança pública de forma eficaz.

As sugestões apresentadas pelos participantes, como o aumento do efetivo policial, o investimento em tecnologia e treinamento, a melhoria da interação entre as unidades policiais e a valorização dos profissionais de segurança pública, estão alinhadas com as recomendações da literatura sobre o tema. Autores como Lum et al. (2018) e Braga et al. (2019) também destacam a importância dessas medidas para melhorar a eficácia das operações policiais e promover a segurança pública.

Gráfico 9: Principais Desafios que sua unidade enfrenta

Contagem de Quais são os principais desafios que sua unidade enfrenta na garantia da segurança pública em Goiás?



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

Portanto, os resultados desta pesquisa fornecem insights valiosos sobre os desafios e oportunidades relacionados à segurança pública em Goiás. Eles destacam a importância da confiança da população nas instituições policiais, da alocação adequada de recursos e da colaboração entre as unidades policiais para garantir a eficácia das operações policiais e promover um ambiente seguro para todos os cidadãos. Essas descobertas têm implicações importantes para o desenvolvimento de políticas e práticas futuras no campo da segurança pública, fornecendo orientações úteis para os formuladores de políticas e profissionais da área.

5. CONCLUSÃO

Ao longo deste estudo, foram exploradas as estratégias de prevenção e repressão criminal em Goiás, Brasil, com o objetivo de analisar sua eficácia e contribuições para a segurança pública. Inicialmente, foi destacado o compromisso abrangente do estado com a segurança, evidenciado pela implementação de estratégias integradas alinhadas com princípios nacionais de segurança. A integração do Sistema de Inteligência da Polícia Militar de Goiás (SIPOM) com o Sistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP) demonstra uma abordagem coordenada e eficiente na prevenção e repressão criminal.

A importância da inteligência militar, delineada pelo SIPOM, foi evidenciada na abordagem preventiva e repressiva, com ênfase na obtenção de dados negados e o uso de técnicas operacionais de inteligência. Além disso, o policiamento comunitário emergiu como uma estratégia essencial, integrando teorias criminológicas contemporâneas, embora sua eficácia precise ser continuamente avaliada.

A influência dos fatores contextuais, como características demográficas e socioeconômicas, foi reconhecida como crítica na análise da segurança pública. A adaptação das estratégias à realidade de cada comunidade foi destacada como fundamental para maximizar os resultados. Assim, a abordagem adotada por Goiás reflete uma compreensão profunda da complexidade da segurança pública, integrando teorias criminológicas reconhecidas.

A combinação de estratégias integradas, inteligência militar, policiamento comunitário e consideração de fatores contextuais cria um arcabouço abrangente para a promoção da segurança. No entanto, é fundamental que a eficácia dessas estratégias seja continuamente avaliada, incorporando feedback da comunidade e ajustando as

abordagens conforme as necessidades locais. Este estudo fornece uma base sólida para análises mais aprofundadas e contribuições significativas para o campo da segurança pública em contextos similares.

REFERÊNCIAS

BAYLEY, D. H; SHEARING, C. (1996). **The future of policing**. Law & Society Review, 30(3), 585-606.

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento: uma análise comparativa internacional**. São Paulo: Edusp; 2002.

BRITO, A. S. (1991). **Polícia Militar e comunidade: uma nova visão da segurança pública**. Revista do Ministério Público Militar, 17(17), 37-43.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. 2.ed. Edusp: São Paulo, 2003

BRITO, José Caetano de. **A evolução histórica da polícia militar de Goiás: uma proposta bibliográfica**.1991. f. 160.Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Academia de Polícia Militar de Goiás, Goiânia, 1991.

CLARKE, R. V. (1983). **Situational crime prevention: Its theoretical basis and practical scope**. Crime and justice, 4(1), 225-256.

FOUCAULT, M. **Discipline and Punish: The Birth of the Prison**. 1997. GARLAND, D. **The Culture of Control: Crime and Social Order in Contemporary Society**. 2001.

GIL, A. C. (2010). **Como elaborar projetos de pesquisa**. Atlas.

GOIÁS. Polícia Militar. **Procedimento Operacional Padrão**. 4. ed. Goiânia: PMGO, 2023.

GOIÁS. Polícia Militar. **Manual de Defesa Pessoal Policial**. 1.ed. Goiânia: PMGO, 2023.

GOLDSTEIN, H. **Policing a Free Society**. 1997.

GOLDSTEIN, H. (1997). **Problem-oriented policing**. Crime and Justice, 21(1), 51-100.

MANNING, P. K. (2014). **Technology, policing, and the new communitarianism**. Springer.

MONET, Jean Claude. **Polícias e Sociedades na Europa**. 2.ed. Edusp: São Paulo, 2006.

PAWSON, R; Tilley, N. (1997). **Realistic Evaluation**. Sage.

RATCLIFFE, J. H. (2016). **Intelligence-Led Policing**. Routledge.

SOUZA, Cibeli de. **História da Polícia Militar de Goiás**. O Anhanguera. Goiânia, ano 1, v. 01, Jan/Abr., Grafopel, 1999.

WILSON, J. Q; Kelling, G. L. (1982). **Broken windows**: The police and neighborhood safety. *Atlantic Monthly*, 29(3), 29-38.

ZAFFARONI, E. R. **En busca de las penas perdidas**: deslegitimación y dogmática jurídico penal." 2000.